

Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de
Profissionais da Educação Básica

ESPECIALIZAÇÃO EM “ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE NO ESPAÇO ESCOLAR”

**DEMANDA VERSUS OFERTA DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO
DE FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ**

ALINE CRISTINA CHRISTMANN

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado ao curso de especialização “Alimentos, nutrição e saúde no espaço escolar”/COMFOR, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Alimentos, nutrição e saúde no espaço escolar.
Orientador(a): Drº. Exzolvildres Queiroz Neto

Foz do Iguaçu
2016

**DEMANDA VERSUS OFERTA DE ALIMENTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU
– PARANÁ**

**DEMANDA CONTRA DE SUMINISTRO DE LOS ALIMENTOS DERIVADOS DE
LA FAMILIA EN LA GRANJA ESCUELA DE ALIMENTACIÓN DEL MUNICIPIO
FOZ DO IGUAZÚ - PARANÁ**

Resumo

O Programa Nacional da Alimentação Escolar é uma das mais antigas e duradouras políticas públicas e que vem ganhando alguns avanços na institucionalização, permitindo que os estudantes tenham, no período em permanecem na escola, de no mínimo uma refeição e que cubra suas necessidades nutricionais, além do acesso a alimentos saudáveis, regionais, respeitando os hábitos alimentares de sua região e com a promulgação da Lei 11.947/2009, passou a ter obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30%, do recurso recebido pelo FNDE, na aquisição de produtos da agricultura familiar, fomentando o pequeno agricultor e incentivando a continuar na zona rural, criando uma mão dupla de benefícios. O objetivo deste trabalho foi verificar a quantidade de produtos demandados em chamadas públicas e a oferta adquirida oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar municipal de Foz do Iguaçu – Paraná no período de 2010 a 2015. Utilizou-se como busca de dados, as chamadas públicas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação. Foi possível perceber que de 2013 a 2015 houve um aumento na quantidade de produtos e na oferta quando comparado aos anos anteriores em que não havia a organização dos agricultores em uma cooperativa. O trabalho nos mostra que ainda é preciso melhorar muitas questões relacionadas a alimentação escolar, mas com articulação de todos os agentes envolvidos será possível cada vez mais construirmos uma futuro mais saudável e sustentável as futuras gerações.

Resumen

El Programa de Alimentación Escolar Nacional es una de las políticas públicas más antigua y duradera y que ha ganado un cierto progreso en la institucionalización, permitiendo que los estudiantes tienen el período de estancia en la escuela, al menos una comida y para cubrir sus necesidades nutricionales, y el acceso a una alimentación sana, regional, respetando los hábitos alimenticios de su región y con la promulgación de la Ley 11.947 / 2009, cuenta ahora con la adquisición obligatoria de al menos el 30% de los recursos recibidos por el ENDF, la compra de productos de la agricultura familiar mediante la promoción de los pequeños agricultores y el fomento de continuar en las zonas rurales, la creación de un bidireccionales beneficios. El objetivo de este estudio fue determinar la cantidad de productos con mayor demanda de llamadas públicas y suministro adquiridos procedentes de la agricultura familiar a la escuela municipal alimentación de Foz de Iguazú - Paraná, en el período 2010 a 2015 es

utilizado como datos de búsqueda, llamadas pública llevada a cabo por la Educación Municipal. Se pudo observar que desde 2013 hasta 2015 hubo un aumento en el número de productos y suministro en comparación con años anteriores, cuando no había la organización de los agricultores en una cooperativa. La obra nos muestra que todavía tenemos que mejorar muchas cuestiones relacionadas con la alimentación escolar, pero con la coordinación de todos los interesados será capaz de construir un futuro cada vez más saludable y sostenible para las generaciones futuras.

Introdução

Este trabalho aborda a temática alimentação escolar e agricultura familiar, visando a demanda para suprir a necessidade do município de Foz do Iguaçu e a capacidade de oferta dos alimentos oriundos da agricultura familiar para o preparo e consumo na alimentação escolar municipal, no período de 2010 a 2015.

Devido ao censo demográfico evidenciar a pequena quantidade de pessoas vivendo na zona rural de Foz do Iguaçu em comparação com a população urbana, que se sentiu a necessidade de verificar a demanda e a oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar local a serem destinados para o consumo na alimentação escolar municipal, após a publicação da Lei 11.947/2015.

O município de Foz do Iguaçu situa-se no oeste do Paraná, fazendo divisa com dois países (Argentina e Paraguai), com uma população de 256.088 pessoas, sendo que destas, apenas 2.126 pessoas vivem na zona rural (IBGE). A educação municipal contava até o final de 2015, para atendimento com alimentação escolar, 53 escolas municipais (destas, apenas duas na zona rural), 35 centros municipais de educação infantil (todos na zona urbana), 12 entidades filantrópicas e 06 centros de convivência, totalizando aproximadamente 26.000 alunos.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) é um dos mais antigos programas de políticas públicas bem sucedidas do Brasil, sendo implantado antes mesmo da Constituição Federal em que assegura o direito à alimentação escolar. O programa tem como principal objetivo contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos através de educação alimentar e nutricional e da oferta das refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo de todos os alunos (BRASIL, 2013).

São atendidos pelo programa todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas, filantrópicas e entidades conveniadas com o poder público, por meio da transferência de recursos financeiros para a entidade executora.

Um grande avanço na execução do PNAE, foi a implementação da Lei 11.947/2009, em que torna obrigatória a aquisição de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Tornou-se um elo importante para os alunos com a oferta maior de alimentos regionais e saudáveis, bem como para os agricultores familiares, com uma fonte de renda garantida a mais, podendo diminuir conseqüentemente o êxodo rural.

A lei 11.947/2009 tornou-se um marco nas políticas públicas no que diz respeito de segurança alimentar e nutricional, por amparar explicitamente a agricultura familiar, tornando obrigatória a compra a agricultura familiar e por se tornar uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras (TRICHES; SCHNEIDER 2010).

Diante de todo esse cenário de avanços no PNAE e a compra da agricultura familiar, propõem-se a problemática: a produção da agricultura familiar no município de Foz do Iguaçu está sendo suficiente para atender a demanda do PNAE municipal?

Revisão Bibliográfica

As políticas públicas podem ser definidas como todas as ações realizadas pelo governo, podendo ser uma lei e/ou decreto, bem como um serviço ou ação oferecido diretamente a população (SCHNEIDER, 2014). De acordo com Queiroz (2007, p.15) as políticas públicas podem ser vistas como “as respostas que os governos devem dar para mitigar ou solucionar os problemas e/ou atender as demandas existentes na sociedade, tendo em vista os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição”.

O governo é uma peça chave no abastecimento alimentar de sua população, promovendo práticas sustentáveis e hábitos alimentares saudáveis, devido ao seu poder, recursos e regulações e que ao deliberar a favor de determinadas atividades, promove também mudanças no setor público, privado, terceiro setor, e em indivíduos e famílias (MORGAN, 2008; TRICHES; SCHNEIDER, 2010).

Todo o poder citado acima que o governo possui na regulação do abastecimento alimentar e conseqüente hábitos alimentares é notório pela evolução do PNAE, que foi oficializado em 1955 no governo de Getúlio Vargas, com inspiração de Josué de Castro como

política pública, mas vale ressaltar que ocorreram algumas iniciativas já em 1930, quando alguns estados e municípios mais ricos passaram a responsabilizar-se com uma alimentação para os alunos, devido a preocupação com a desnutrição infantil (RIBEIRO, *et al.*, 2013).

De início até a década de 70, os alimentos ofertados nas escolas eram oriundos de doações internacionais como escoamento da produção agrícola. A partir de 1970 os alimentos começaram a ser adquiridos nacionalmente, com o predomínio de grandes empresas fornecendo o mesmo produto de Norte a Sul do Brasil. Em 1994, com a promulgação da Lei 8.913 em que a alimentação escolar passa a ser descentralizada, ou seja, estados e municípios começaram a adquirir e administrar os gêneros alimentícios para a alimentação escolar com mais respeito aos hábitos alimentares de cada região, mas ainda com presença de formulados em pó (MALUF, 2009; PEIXINHO, 2013; BRASIL, 1994).

Mas, o marco institucional do programa foi a Lei 11.947/2009 juntamente com as Resoluções 38/2009 e 26/2013 com a obrigatoriedade de aquisição de 30% dos recursos recebidos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) da agricultura familiar, juntamente com o emprego da alimentação saudável e adequada, inclusão da educação alimentar e nutricional no contexto educacional, o apoio e o incentivo para o desenvolvimento sustentável para a aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos de agricultores familiares, respeitando assim hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Maluf (2006) destaca o papel da agricultura familiar na erradicação da fome, pois favorece a valorização das dimensões sociais, ambientais e culturais da produção de alimentos para o consumo humano, indo ao encontro da segurança alimentar e nutricional, tendo o governo uma função preponderante para o desenvolvimento rural, conforme mostrou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de Agricultura para o Desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 2007).

A Lei 11.326 de 2006 define como agricultor familiar e empreendedor familiar “os indivíduos que praticam atividade no meio rural; não detenham mais de quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família, e tenham percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo” (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar tem como principal vocação a produção dos alimentos diretamente para o consumo humano dentre eles: milho, mandioca, leite, carnes em geral, arroz, fruticulturas, hortaliças, dentre outras, interferindo diretamente na segurança alimentar

nutricional da população, produzindo “alimentos de verdade”, diferentemente de grandes agricultores (produção escala), que tem como destinação principal a exportação, alimentação animal e a produção de agrocombustíveis (BRUGNERA, 2011).

A formação de cadeias alimentares que reconectem produtores e consumidores, por meio de instituições públicas, podem até contra arrastar os modelos dominantes de abastecimento agroalimentar, dominados por longas cadeias do sistema agronegócio (MARSDEN, 2003).

Assim sendo, o agricultor familiar deve ser o fornecedor “ideal” para a alimentação escolar, criando duas mãos beneficiadas: o agricultor, com o mercado institucional para venda garantida de seus produtos, aumentando a renda familiar; e o governo juntamente com os estudantes, formando hábitos alimentares saudáveis, alimentos regionais e típicos nas preparações e consequentemente prevenção de doenças, principalmente as crônicas não transmissíveis, na idade adulta, não aumentando assim os custos com saúde pública destes indivíduos beneficiados.

Objetivo

O objetivo deste trabalho foi verificar a quantidade de produtos demandados em chamadas públicas e a oferta adquirida oriundos da agricultura familiar para a alimentação escolar municipal de Foz do Iguaçu – Paraná no período de 2010 a 2015.

Metodologia

Para verificação da quantidade de produtos demandados e a oferta adquirida da agricultura familiar para a alimentação escolar municipal, foram utilizadas as informações referentes às chamadas públicas realizadas pela secretaria municipal de educação no período de 2010 a 2015, ao qual é responsável pela alimentação escolar fornecidas às crianças da rede municipal de ensino.

Para a demanda de produtos buscou-se os editais de chamadas públicas com as respectivas quantidades por item licitado, e para a oferta através da liquidação dos empenhos referentes a cada chamada pública.

Para uma melhor visualização dos alimentos adquiridos, foram agrupados da seguinte forma: folhosos (alface, almeirão/chicória, cheiro verde, couve manteiga, repolho), legumes (abóbora cabotiá, abóbora moranga, abobrinha verde, alho, batata doce, beterraba, brócolis, cebola, couve flor, cenoura, chuchu verde, inhame, mandioca, milho verde, pimentão verde, tomate), frutas (abacate, banana caturra, banana prata, caqui, laranja, melancia, limão rosa, mamão, maracujá, poncan), panificados (pão caseiro, cuca caseiro e biscoito caseiro), leite e derivados (leite tipo C), grãos (arroz branco, canjiquinha, farinha de trigo integral, feijão preto e carioca, fubá), carnes (polpa de peixe) e sucos (suco de uva integral e polpa de fruta).

A sistematização dos dados ocorreu por meio do programa Microsoft Excel.

Resultados

Na tabela 01 é possível visualizar a participação em números dos agricultores nas chamadas públicas de 2010 a 2015, frisando que na coluna associação funcionava da seguinte maneira: devido ao artigo 4 do parágrafo 23 da resolução 38/2009 em que as aquisições acima de R\$ 100.000,00 deveriam ser adquiridas de cooperativas ou associações, em que se encaixa o caso do município de Foz do Iguaçu, então os agricultores organizavam-se em associações para fins burocráticos, mas as entregas ocorriam individualmente.

Nos três primeiros anos (2010 – 2012) houve participação dos dois módulos, individuais (via associação) e cooperativas, mas nestes anos as cooperativas participantes eram da região oeste e sudoeste do Paraná, com produtos não disponíveis pelos agricultores locais. A partir de 2013, na primeira chamada pública, houve a participação da cooperativa do município, que organizou todos os agricultores para as entregas na alimentação escolar, além de ser possível um diálogo com produtores de outras regiões para complementação da oferta, através da cooperativa.

Tab. 01 - Número de participantes nas chamadas públicas, 2010 a 2015. Foz do Iguaçu, Pr

Ano	Individuais (via associação)	Cooperativas
2010	21	2
2011	18	3
2012	39	2
2013	0	1
2014	0	1
2015	0	1

Na tabela 02 temos a quantidade de produtos demandados nos editais de chamada pública, a oferta (produtos entregues) e o percentual efetivado da relação demanda versus oferta. É possível perceber que a partir de 2013, juntamente com a criação e organização da cooperativa local, houve aumento do percentual efetivado que se manteve de 2013 a 2015.

Tab. 02 - Quantidade de produtos: demanda versus oferta, 2010 a 2015. Foz do Iguaçu, Pr

Ano	Demanda	Oferta	% efetivada
2010	24	21	88
2011	32	22	69
2012	35	26	74
2013	26	25	96
2014	25	24	96
2015	28	27	96

Já na tabela 03 é possível visualizar a demanda versus a oferta nos agrupamentos dos alimentos, do período de 2010 a 2015. Os folhosos, leite e derivados, carnes e sucos são os únicos que foram ofertados na totalidade da demanda. Já os legumes e frutas tiveram uma diminuição na oferta de 2010 a 2012, e a partir de 2013, juntamente com a organização da cooperativa, foi ofertada toda a demanda. Os panificados sofreram queda na oferta apenas no de 2010, já os grãos tiveram a oferta na totalidade apenas em 2010 e 2015, ressaltando uma grande oferta em 2010 com 04 produtos diferentes.

Tab. 03 - Demanda versus oferta por grupos no período de 2010 a 2015. Foz do Iguaçu, Pr.

Ano	Folhosos		Legumes		Frutas		Panificados		Leite e derivados		Grãos		Carnes		Sucos	
	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O
2010	4	4	8	6	2	2	3	2	1	1	4	4	1	1	1	1
2011	4	4	13	9	7	3	3	3	1	1	4	2	0	0	0	0
2012	6	6	12	10	8	5	3	3	1	1	4	0	0	0	1	1
2013	6	6	8	8	5	5	3	3	1	1	2	0	0	0	1	1
2014	5	5	11	11	4	4	3	3	0	0	1	0	0	0	1	1
2015	5	5	11	11	7	6	3	3	0	0	1	1	0	0	1	1

Legenda: D = demanda O = oferta

Na tabela 04 possuímos o percentual ofertado de 2010 a 2015, onde a oferta menor de 10% mais evidente com 15 produtos diferentes foi no ano de 2011, já o oposto, a maior oferta de produtos diferentes referente ao percentual de 91 a 100%, foi em 2012 com 15 produtos diferentes. Podemos afirmar que a partir de 2013 houve uma queda nas baixas ofertas em comparação aos anos de 2010 a 2012.

Tab. 04 – Percentual de oferta no período de 2010 a 2015. Foz do Iguaçu, Pr.

Anos	<10%	11 a 30%	31 a 50%	51 a 70%	71 a 90%	91 a 100%
2010	4	1	4	8	2	5
2011	15	4	3	2	3	5
2012	9	1	4	3	3	15
2013	2	0	0	6	5	13
2014	1	0	4	6	7	7
2015	2	2	5	4	8	7

Ao analisar os dados deste artigo, sinaliza que a organização dos agricultores em uma cooperativa, trouxe maiores benefícios para o governo e estudantes, pois temos um aumento na oferta dos alimentos de acordo com a demanda, e um dado importante é a oferta de folhosos, legumes e frutas em que toda a demanda foi ofertada.

Discussões

O novo Guia Alimentar para a População Brasileira orienta que a alimentação dos brasileiros seja feita base de alimentos *in natura* ou minimamente processados, que são

aqueles alimentos obtidos diretamente das plantas ou de animais sem sofrer qualquer alteração ou que foram apenas submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis, fracionamento, moagem, secagem, pasteurização, refrigeração ou congelamento que não envolvem a adição de sal, óleos e gorduras (BRASIL, 2014), indo mais uma vez ao encontro da produção da agricultura familiar que se baseia nestes alimentos *in natura* ou minimamente processados.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (BRASIL, 2011), apesar desse grande significado, as políticas públicas para impulsionar o agricultor familiar e mantê-lo no campo são muito recentes, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que surgiu em 2003 através da Lei 10.696 e da aquisição para o PNAE apenas em 2009.

Apesar das recomendações no Guia Alimentar de um maior consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados e a agricultura familiar produzir a maioria dos alimentos presentes na mesa do brasileiro, os números da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) mostram a queda do consumo de arroz e feijão no período de 2002/2003 e 2008/2009, sendo 40,5% para o arroz e 26,4% para o feijão (IBGE, 2010).

Nesta contramão que as pesquisas evidenciam, torna-se imprescindível que cada vez mais o PNAE se fortaleça através da oferta de uma alimentação saudável e segura. Segundo Teo e Triches (2016), o programa tem grande potencialidade para promoção de hábitos alimentares saudáveis no presente e futuras gerações, podendo ser visto como política de saúde pública.

Belik e Domene (2012), nos primeiros anos de execução da Lei 11.947/09, já visualizavam o grande esforço na área da segurança alimentar, pois o Brasil trabalhava apenas na execução de ações isoladas na área do desenvolvimento social e a aquisição da agricultura familiar para a alimentação dos alunos foi um grande avanço na integração da política.

O PNAE e o PAA deram entrada para os agricultores que não tinham acesso a mercados mais amplos, muitas vezes vendiam para intermediários, e devido a alimentação escolar ter especificações técnicas para entrega dos produtos, os agricultores que se organizaram estão se beneficiando das compras institucionais (BELIK, 2016).

Ainda segundo Belik (2016) e Brugnera (2011), são poucos os agricultores que realizam as vendas de seus produtos diretamente, sendo a alimentação escolar uma alternativa para venda, mas o programa exige um empenho maior e profissionalização para o cumprimento das especificações técnicas.

Conforme discorreu Brugnera (2011, p.48) “a nova demanda institucional do PNAE, desempenha importante fatores, como fortalecimento das relações sociais, valorização dos hábitos alimentares locais, valorização da diversidade produtiva e aproximação entre produtor e consumidor final. Assim o agricultor deixa de ser somente conhecedor da parte produtiva, tornando-se um conhecedor de toda a cadeia produtiva que está inserido”.

Em um estudo realizado na cidade de Camargo (RS), sobre a valorização da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional no contexto do PNAE, as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores foi o dimensionamento da produção, devido a sazonalidade e o grande desafio é a organização da produção para atender a demanda com qualidade, regularidade e quantidade, já para a entidade executora é encontrar produção permanente com variedade de gêneros (BRUGNERA, 2011). Por isso a importância da flexibilização do cardápio elaborado pelo profissional nutricionista para também adequar a capacidade de oferta dos agricultores.

O papel do nutricionista se torna de extrema importância na execução do programa, na elaboração dos cardápios para atender as necessidades nutricionais, utilizando alimentos nutritivos, diversificados e que respeitem o hábito alimentar e a vocação agrícola de região.

Saraiva *et al.* (2013) ao analisar o panorama das compras institucionais da agricultura familiar em 2010, verificou na região Sul do Brasil a maior aquisição de agricultores, 71,3%, atribuindo pela região destacar-se no abastecimento de alimentos oriundos da agricultura familiar.

E para o ano de 2012, Soares (2013) encontrou, nos Pareceres Conclusivos enviados ao FNDE pelas entidades executoras, que 67% dos municípios brasileiros estavam adquirindo da agricultura familiar e a região mais expressiva, mais uma vez foi a região Sul, com 87%, que o autor atribui ao alto nível dos capitais físicos e sociais, incluindo alto níveis de afiliação cooperativa.

Ribeiro *et al.* (2013), ao analisar a participação da agricultura familiar em municípios do norte do Rio Grande do Sul, verificaram um dos fatores limitadores na oferta dos alimentos foi a falta de organização dos agricultores em uma cooperativa em alguns municípios, dificultando a diversificação, em contrapartida, nos municípios em que havia organização a oferta e a diversificação eram maiores.

Conforme pode ser visto, vários estudos mostram que uma organização dos agricultores, seja associação ou cooperativa, pode dar maior empoderamento a eles, melhorando a conexão entre demanda versus oferta localmente, mas segundo Fernandes *et al* (2016) ainda não há dados oficiais sobre o modo de abastecimento alimentar realizado nos

municípios e estados brasileiros com relação a alimentação escolar e qual seria a verdadeira demanda por alimentos da agricultura familiar.

Conclusões

Seriam necessários outros trabalhos de campo, para verificar com precisão quais os gargalos na questão demanda versus oferta, no município de Foz do Iguaçu, juntamente com os gestores da secretaria de educação e agricultura, e se caso há a assistência técnica a esses agricultores fornecedores e a comunidade escolar incluindo as merendeiras, mas foi possível perceber que a organização em cooperativa trouxe bons resultados para o município, aumentando a oferta.

Muitos países buscam o PNAE brasileiro como exemplo para implementação, devido a sua grande capacidade na área de segurança alimentar e nutricional com o início de políticas públicas neste tema devido a interação e intersetorialidade com a agricultura familiar.

Foi um grande avanço toda a trajetória do PNAE, mas não podemos permitir que assim fique por décadas, é necessário unir esforços com as entidades executoras, agricultores, conselhos de alimentação de escolar, comunidade escolar para que tenhamos cada vez mais melhorias na qualidade da alimentação fornecida aos alunos da rede pública.

Para uma implementação eficaz de produtos sustentáveis na alimentação escolar, vale ressaltar que sempre será necessário contar com o apoio e vontade política dos gestores públicos e da comunidade escolar, além de abrir espaços para debates, articulações e planejamentos entre as partes interessadas, pois ainda há inúmeras dificuldades a serem enfrentadas.

Uma política pública passa a ter grande importância quando vista de forma intersetorial, produzindo alimentos de forma sustentável e tornando a alimentação escolar mais saudável e garantir uma vida plena as futuras gerações.

Referencias Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de agricultura para o desenvolvimento em 2008**. Visão Geral. Washington: Banco Mundial, 2007.

BELIK, W. **Agricultura familiar, políticas públicas e os novos mercados**. In: TEO, C.R.P.A; TRICHES, R.M. (orgs.). Alimentação escolar construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016.

BELIK, W.; DOMENE, S.M.A. Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo – Brasil. **Agroalimentaria**. V. 18, nº.34, p. 57-72, 2012.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2ª Edição, Brasília. Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Portal do Brasil. **Agricultura familiar produz 70% de alimentos no País, mas ainda sofre na comercialização**. Acesso em 11 de fevereiro de 2016. Publicado em 27/11/2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/07/agricultura-familiar-precisa-aumentar-vendas-e-se-organizar-melhor-diz-secretario>.

BRASIL. Resolução nº 38 de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. FNDE, 2009.

BRASIL. Resolução nº26 de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. FNDE, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. FNDE, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994. **Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar** [Internet] 1994 [acessado em 18 de janeiro de 2016]. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para o formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais** [Internet]. 2006 [acessado em 19 de janeiro de 2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

BRUGNERA, D. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma oportunidade de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da segurança alimentar e nutricional em Camargo –RS**. Porto Alegre, 2011. Trabalho de Conclusão para o Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FERNANDES, P.F.; SCHNEIDER, S.; TRICHES, R.M. **Identificação da oferta de produtos da agricultura familiar e da demanda pelo Programa de Alimentação Escolar das escolas estaduais do Rio Grande do Sul**. In: TEO, C.R.P.A.; TRICHES, R.M. (orgs.). Alimentação escolar construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó: Argos, 2016.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares, 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br, acesso em 19 de janeiro de 2016.

MALUF, R.S. **Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial da Alimentação**. Relatórios Técnicos. Agosto, 2006.

MALUF, R.S. **Alimentação, escola e agricultura familiar**. Boletim do OPPA, n.26, 2009.

MARSDEN, T. K. **The condition of rural sustainability**. Assen: The Netherlands, Van Gorcun, 2003. Disponível em:

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/>. Acesso em 19 de janeiro de 2016.

MORGAN, K. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. **Regional Studies, Netherlands**, v. 42, n. 8, p. 1237-1250, 2008.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):909-916, 2013

QUEIROZ, R.B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: IBPEX, 2007.

RIBEIRO, A.P.L.; CERATTI, L.; BROCH, D.T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul (RS). **Gedecon**. V.1, nº 1, 2013.

SARAIVA, E.B.; *et al.* Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e saúde coletiva**. V.18, n.4, p.927- 936, 2013.

SCHNEIDER, M.J. **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná**. Marechal Cândido Rondon, 2014. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

SOARES, F.V. (Coord). Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the case PAA e PNAE. **Brasília: IPC/WFP**, 2013

TEO, C.R.P.A; TRICHES, R.M. (orgs.). **Alimentação escolar construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. Chapecó: Argos, 2016.

TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc. São Paulo**, v.19, n.4, p.933-945, 2010.